

1.º Ciclo
2025-2026 – II semestre

DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO II

DOCENTES

Prof. Doutor Dário Moura Vicente
Prof. Doutor João Gomes de Almeida

OBJETIVO GERAL DA DISCIPLINA

A disciplina de Direito Internacional Privado II dá continuidade à de Direito Internacional Privado I, tratando-se nela das questões relacionadas com o Processo Civil Internacional, a arbitragem comercial internacional e outros meios de resolução extrajudicial de litígios.

Na resolução das questões privadas internacionais importa, com efeito, não apenas determinar o Direito que lhes é aplicável, matéria que foi objeto da disciplina antecedente, mas também apurar: (i) qual o tribunal internacionalmente competente para julgar a causa; (ii) em que termos pode relevar a litispendência perante um tribunal estrangeiro; (iii) quais os mecanismos de cooperação internacional ao dispor das autoridades judiciais nacionais; e (iv) que efeitos podem produzir no Estado do foro as sentenças proferidas por tribunais estrangeiros.

Por outro lado, é sabido que a resolução dessas questões não tem lugar hoje exclusivamente pela via judicial, avultando também a arbitragem como meio por excelência de composição de litígios emergentes do comércio internacional, assim como daqueles que opõem Estados a investidores estrangeiros. Também destas matérias se curará, pois, na presente disciplina.

REGIME DE AVALIAÇÃO

O regime de avaliação é definido tendo em conta a natureza opcional da disciplina. A nota de avaliação contínua tem por base os seguintes elementos: (i) um comentário de jurisprudência; (ii) participação nas aulas práticas. O aluno ficará aprovado se obtiver nota igual ou superior a 12 valores. O aluno que tenha menos de 12 valores em avaliação contínua fará exame final, ficando aprovado nos termos regulamentares.



PROGRAMA

PARTE I

PROCESSO CIVIL INTERNACIONAL

Secção I

Preliminares

- § 1.º Conceito e importância atual do Direito Processual Civil Internacional
- § 2.º Relação com o Direito Internacional Privado
- § 3.º Lei reguladora do processo civil internacional

Secção II

Competência judiciária internacional

- § 4.º Aspectos gerais
- § 5.º Pressupostos metodológicos da regulamentação da matéria no Direito vigente
- § 6.º Critérios de aferição da competência internacional: Direito interno
- § 7.º Continuação: Direito da União Europeia
- § 8.º Continuação: Direito Internacional
- § 9.º A relevância da litispendência estrangeira e da conexão entre ações

2

Secção III

Cooperação judiciária internacional

- § 10.º Introdução
- § 11.º Citação e notificação no estrangeiro
- § 12.º Obtenção de provas no estrangeiro
- § 13.º Outras formas de cooperação judiciária internacional

Secção IV

Reconhecimento de sentenças judiciais estrangeiras e outros actos públicos estrangeiros

- § 14.º Introdução
- § 15.º Direito Comparado
- § 16.º Regimes vigentes em Portugal e sua articulação
- § 17.º Direito interno
- § 18.º Direito da União Europeia



§ 19.º Direito internacional

PARTE II

ARBITRAGEM INTERNACIONAL

§ 20.º Introdução

§ 21.º Territorialidade, deslocalização e pluralismo na arbitragem internacional

§ 22.º Lei reguladora da convenção de arbitragem

§ 23.º Direito aplicável ao mérito da causa na arbitragem internacional; relevância dos usos do comércio internacional

§ 24.º Arbitragem de investimentos: problemas específicos

§ 25.º Reconhecimento de sentenças arbitrais estrangeiras

BIBLIOGRAFIA SUMÁRIA EM LÍNGUA PORTUGUESA

Obras doutrinais

Abreu, Joana Covelo de – *Tribunais nacionais e tutela jurisdicional efetiva. Da cooperação à integração judiciária no contencioso da União Europeia*, reimpressão, Coimbra, Almedina, 2020.

Alexandre, Isabel – *Direito Processual Civil Internacional I*, 2.ª ed., Lisboa, AAFDL, 2025.

Almeida, João Gomes de – *O divórcio em Direito Internacional privado*, Coimbra, Almedina, 2017.

Cordeiro, António Menezes – *Tratado da arbitragem*, Coimbra, Almedina, 2015.

Correia, António Ferrer – *Lições de Direito Internacional Privado*, vol. I, Coimbra, Almedina, 2000.

Gonçalves, Anabela Susana de Sousa – *Matérias matrimoniais e responsabilidades parentais na União Europeia. O Regulamento (UE) 2019/1111*, 2.ª ed., Coimbra, Editora d'Ideias, 2025.

Mendes, João de Castro, e Miguel Teixeira de Sousa – *Manual de Processo Civil*, Lisboa, AAFDL, 2022.

Oliveira, Elsa Dias – *Arbitragem voluntária: uma introdução*, Coimbra, Almedina, 2020.

Pinheiro, Luís de Lima – *Arbitragem transnacional. A determinação do estatuto da arbitragem*, reimpr., Lisboa, AAFDL, 2023; *Direito Internacional Privado*, 3.ª ed., Lisboa, AAFDL, vol. III, tomos I e II, 2019.

Silva, Paula Costa e – *Estudos de Arbitragem*, 2 vols., Coimbra, Almedina, 2022.

Sousa, Miguel Teixeira de – *CPC Online*, disponível em <https://blogippc.blogspot.com/2021/02/cpc-online-1.html>.

Vicente, Dário Moura – *Da arbitragem comercial internacional. Direito aplicável ao mérito da causa*, Coimbra, 1990; *Direito Internacional Privado. Ensaaios*, 5 vols., Coimbra, Almedina, 2002/2024; (org.) *Lei da Arbitragem Voluntária anotada*, 6.ª ed., Coimbra, Almedina, 2023.

Coletânea de legislação

Vicente, Dário Moura – *Direito Internacional Privado. Textos normativos fundamentais*, 5.ª ed., Coimbra, Almedina, 2021.